

E N C O N T R O

museus
e educação



actas

10 | 11 Setembro 2001

Centro Cultural de Belém

CONCEPÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO ENCONTRO

Anabela Carvalho, Clara Mineiro

APOIO ADMINISTRATIVO

Isabel Mútrias

GRAVAÇÃO INTEGRAL DAS SESSÕES

Equipa Técnica do Centro Cultural de Belém

TRADUÇÃO DAS COMUNICAÇÕES

Clara Mineiro

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Clara Mineiro

DESIGN GRÁFICO

www.tvmdesigners.pt

IMPRESSÃO

Facsimile, Lda.

TIRAGEM

1.000 exemplares

ISBN 972-776-158-5

DEPÓSITO LEGAL 184458/02

© INSTITUTO PORTUGUÊS DE MUSEUS, SETEMBRO 2002

TEXTOS, OS AUTORES

As actas que agora se publicam baseiam-se na transcrição da gravação das comunicações e dos debates do Encontro Museus e Educação.

Os textos das comunicações foram revisto pelos respectivos autores. De uma maneira geral, as intervenções nos debates foram reproduzidas integralmente, tendo sido apenas feitas pequenas correcções inerentes à passagem do registo oral para registo escrito. Em alguns textos há referência a imagens que foram sendo projectadas para ilustrar as comunicações dos conferencistas convidados. Infelizmente, não foi possível reproduzi-las aqui por razões orçamentais.

Cláudio Torres é sobejamente conhecido no país e também no estrangeiro, dispensa grandes apresentações. Em todo o caso diria, para recordar, que ele continua a ser o motor e a alma e uma das faces públicas (felizmente já não a única) do Campo Arqueológico de Mértola e da grande revolução que Mértola trouxe para todo o nosso entendimento social da relação entre os públicos, os cidadãos, e o património. Cláudio Torres é um arqueólogo, como eu próprio.

Peço desculpa por não ter começado por apresentar-me. Sou Luís Raposo, director do Museu Nacional de Arqueologia. Sendo companheiros do mesmo ofício é-me particularmente grato saber que há colegas que vêm muito para além das nossas fronteiras disciplinares, e esse é o caso do Cláudio Torres. Ele vem-nos falar sobre Mértola – Vila Museu, um projecto de sobrevivência (talvez pudesse ser também de resistência, até) e passar-lhe-ia a palavra.

■ CONFERENCISTA | *Cláudio Torres*

Director do Campo Arqueológico de Mértola

Antes de mais queria agradecer ao Luís Raposo as simpáticas palavras e destacar o excelente trabalho do Miguel Caneda na montagem e gestão do seu Centro Galego de Arte Contemporânea. É curioso, porque parece haver entre as nossas experiências uma espécie de dois extremos que, assim o espero, possam vir a tocar-se. Talvez em Mértola possamos fazer uma dia aquilo que ele já conseguiu – chegar a uma fase de sábio e didáctico manuseamento de todos os elementos. Nós em Mértola estamos ainda no princípio – apesar de vinte anos de trabalho arqueológico, museográfico ou etnográfico, damos os primeiros passos do que é ir mais além, ao encontro dos métodos para compreender e reforçar os laços de coesão de uma dignidade regional. Quer dizer, daquilo que é, afinal, a grande conquista e o significado profundo do património cultural: a tomada de posse, pelas populações, desse mesmo património. Felizmente, hoje, já não é fácil excluí-las do seu património, da sua memória. Nos últimos séculos, nas operações de formação do nacionalismo romântico, os Museus Nacionais saquearam o país inteiro, concentrando em Lisboa, ou nas cidades principais, os objectos que lhes interessavam. Hoje isso já não é possível. As pessoas, as comunidades locais, “seguram” o objecto, o artefacto, o sinal identificador que lhes vem do passado, tentam mantê-lo no local, na região, exigindo que lhe seja atribuído mais valor e não apenas a capacidade de servir de consumo ou devassa a um turismo apressado. Querem sobretudo que esta nova riqueza seja respeitada e revalorizada

culturalmente, que sirva de alma e símbolo da sua terra, do seu sítio, que seja um elemento fundamental representativo da sua comunidade.

A nossa primeira aproximação a Mértola começou por ser, naturalmente, e apenas, um trabalho de investigação arqueológica, centrado na época islâmica. Por variadas razões o campo de intervenção era acessível e os vestígios numerosos e suficientemente espectaculares para justificar um longo e frutuoso trabalho arqueológico. Em muitos outros sítios de pesada herança histórica, em grandes centros urbanos como Lisboa ou Coimbra, poderíamos certamente encontrar uma informação arqueológica equivalente ou mesmo superior. Porém, a forte sobreposição de camadas habitacionais dos tempos modernos e contemporâneos impede de forma irreversível, ou dificulta, intervenções no subsolo. Por existir melhor acesso e pela possibilidade de abrir o terreno em áreas mais vastas, é preferível optar por um sítio arqueológico desimpedido onde a vida urbana já foi abandonada e que, por razões de desenvolvimento moderno, escapou à revolução industrial. É necessário escolher os velhos cascos urbanos do interior do País, onde as memórias são mais fortes, abundantes os factos etnográficos e arqueológicos e onde, sobretudo, o próprio património cultural se confunde com um profundo desejo de desenvolvimento.

Esta foi a nossa escolha de há quase vinte e cinco anos. Porém aconteceu que, pouco depois de nos termos embrenhado no trabalho de pesquisa, e sob a pressão latente de uma população interessada, fomos de certa forma obrigados a justificar, perante aqueles que nos viam escavar, aquilo que estávamos a fazer. E de facto, além de interesses científicos, toda a nossa equipa estava também animada pela vontade de participar no esforço local de procura de novas esperanças, solidária com os movimentos libertadores que naqueles tempos e no rescaldo de grandes convulsões políticas, agitavam ainda o campesinato alentejano. Pareciam estar em curso grandes mutações sociais e ferviam todas as esperanças de melhores tempos. O facto cultural, o desenvolvimento pela cultura, não era alheio a estas aspirações.

Assim, desde muito cedo, logo nos primeiros anos, procurámos divulgar entre as pessoas da terra o que estávamos a fazer. Como é evidente, tínhamos de conjugar essa pedagogia com a qualidade e credibilidade científica da nossa investigação. Para nos afirmarmos e sermos reconhecidos no meio científico impunha-se a rigorosa publicação dos resultados em revistas da especialidade, mas simultaneamente tornara-se clara, para toda a equipa, a necessidade de falar uma linguagem compreensível para toda a gente. Essa linguagem era a abordagem museográfica, pedagógica, a todos perceptível. Portanto, desde muito cedo começámos a organizar

pequenas exposições temáticas e núcleos museográficos onde mostrávamos e justificávamos tudo o que tinha sido feito, procurando sempre, tanto nas publicações, como na cenografia expositiva, a máxima qualidade científica e didáctica.

O pequeno objecto, o simples e humilde fragmento cerâmico, ao ser submetido à manipulação cuidada do laboratório e às luzes direccionadas da vitrine, sofre uma profunda transformação que lhe confere mais valor acrescentado e certamente uma maior dignidade. Ao ser envolvido por paredes de vidro e colocado num ambiente de discreta meia luz, o antes pequeno artefacto portador de uma prosaica informação estratigráfica, acede à categoria quase mística de ícone sagrado e intocável. A comunidade espectadora deste acontecimento museológico, não só constata com um certo orgulho o reconhecimento público de um facto ou acontecimento, de uma memória já assumida como sua, como passa a relacionar de outra forma, com outra dignidade, estes sinais com o desejo de ver recuperadas e revitalizadas as belas ruínas e monumentos, até aí quase sempre votados ao abandono e degradação.

Mértola é um pequeno povoado com pouco mais de 1.500 habitantes, tem um enorme território de mil e tal quilómetros quadrados com uma centena de pequenos casais dispersos, com uma população envelhecida e marginalizada, sem alternativas, ao arrepio das lógicas do progresso. Mas é curioso observar que, ao fim destes anos, começa a surgir qualquer coisa de novo. Hoje, para nós, para a nossa equipa, o resultado mais positivo de tudo o que tem sido feito é ver que as pessoas começam a sentir um certo orgulho em serem de Mértola. Não passou despercebido o facto da imprensa e televisão referirem o bom exemplo da intervenção nos monumentos e museus, o facto dos forasteiros já terem ouvido falar na Vila Museu e destacarem o esforço que aí tem sido desenvolvido em defesa do património cultural.

Por ausência quase absoluta de meios de sobrevivência, o despovoamento da região continua, embora a população urbana mais jovem, num processo natural de identificação com a sua terra e de auto-estima, pareça começar a pôr a hipótese de não emigrar. A esse processo não foi alheia a criação pela nossa equipa de uma escola profissional dedicada à arqueologia, ao ambiente e ao turismo, onde os jovens locais, em convívio com os seus colegas de vários pontos do país, podem conhecer uma alternativa à grande cidade. Não haverá ainda nada de muito consistente e definitivo, mas há pelo menos a perspectiva de se poder, pela primeira vez, levantar a hipótese de ficar. É uma pequena vitória que apenas em conjugação com outros esforços, onde se posicionam prioritariamente os poderes municipais, pode resultar.

O conjunto museográfico está montado, o museu hoje é a própria vila. Conseguimos que a rua, a casa habitada, a janela, a porta, todo o conjunto participasse nessa história que é o museu, que aqui não é um acervo de objectos inertes, mas uma coisa viva, vivida, fluida. Aqui e além há um sítio determinado que é mais museu do que o resto: para lá de uma porta de acesso, organiza-se um espaço protegido com expositores que mostram artefactos valorizados, e explicados. Neste momento há oito locais visitáveis como museus de sítio, ou núcleos museográficos dentro da vila, que obrigam o turista - o tal que já não vai à pressa para o Algarve - a passar algum tempo a percorrer todo o circuito. Não lhe chega só uma manhã ou só uma tarde. Por isso, de um restaurante que existia há uns anos atrás, passou-se hoje na vila a mais de uma dezena. A população vai respondendo à procura. Por ano, os turistas interessados ultrapassam já os 25.000. Em breve podem ser demasiados se não forem criados percursos alternativos que dispersem os visitantes por novos locais de interesse ambiental e paisagístico. Através de uma nova visão do território, da reabilitação dos caminhos velhos, da recuperação dos moinhos de água e dos moinhos de vento, vai ser necessário chamar a atenção para outros locais que começam a ser interessantes como atractivo possível para um visitante culturalmente motivado.

De certa maneira, um dos nossos objectivos é também “requalificar” o turista que nos visita. O “turista de sol e praia” é apressado por natureza. Uma canícula estival apropriada obriga-o a seguir viagem para o sul. Esse turista não nos interessa, só vem atrapalhar o tráfego, como dizia o cantor brasileiro. Resta-nos aquele que vem cá de propósito, que está interessado, que quer ver mais; este é um turista habitualmente mais culto, e o facto de ser mais culto é também para a população local mais interessante. Por pouco que fique, sempre pode deixar, além, naturalmente, de algum dinheiro, um rasto positivo da sua passagem, pode ensinar algo, pode dizer coisas interessantes, trazer ideias novas. Portanto, esse turista que perde um dia inteiro porque tem de andar pelas ruas para ver os vários núcleos, entra em contacto com a população e enriquece-a também com a sua própria cultura, com o seu saber, com a sua experiência e com as suas perguntas.

Assim, não temos só de qualificar o turista como estamos também de certa forma a requalificar o habitante, aquele que o acolhe e o orienta nos percursos. Muitas vezes é mais importante um percurso falado em que a informação é dada pelo habitante, do que uma complicada sinalética. Esta, habitualmente com demasiada carga informativa, separa por vezes o turista do contacto com as pessoas, empobrecendo tanto uns como outros.